



VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

PROFESSOR FUNDAMENTAL I NÍVEL II

- ▶ Língua portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Administração Pública e Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Noções de Informática
- ▶ Conhecimentos Gerais e Atualidades

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO N° 002/2026**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA
CONQUISTA - BAHIA

Professor Fundamental I
Nível II

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Nº 002/2026

CÓD: SL-143AB-26
7908433296027

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	9
2. Tipologia e gêneros textuais	12
3. Figuras de linguagem	20
4. Significação de palavras e expressões; Relações de sinonímia e de antonímia	22
5. Ortografia.....	24
6. Acentuação gráfica.....	26
7. Uso da crase.....	28
8. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto; Locuções verbais (perífrases verbais).	29
9. Funções do “que” e do “se”	39
10. Elementos de comunicação e funções da linguagem	40
11. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; emprego de tempos e modos verbais	44
12. Domínio dos mecanismos de coerência textual	45
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras.....	46
14. Substituição de palavras ou de trechos de texto	50
15. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	50
16. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	54
17. Concordância verbal e nominal	55
18. Regência verbal e nominal.....	58
19. Colocação pronominal	61
20. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	62
21. Função textual dos vocábulos.....	64
22. Variação linguística	69

Raciocínio Lógico

1. Resolução de problemas envolvendo frações.....	77
2. Conjuntos.....	80
3. Porcentagens	85
4. Sequências (com números, com figuras, de palavras)	87
5. Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica	89
6. Argumentos válidos	97

Noções de Administração Pública e Legislação Municipal

1. Desafios e perspectivas da Administração Pública Contemporânea	107
2. Gestão por competências na Administração Pública; Características, princípios e organização da Administração Pública	111
3. Modelos teóricos de Administração Pública; Evolução da Administração Pública no Brasil	113
4. Controle da Administração Pública	117

ÍNDICE

1. Lei Orgânica de Vitória da Conquista	120
2. Lei Complementar Nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011 - Dispõe Sobre O Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De Vitória Da Conquista	146
3. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei no 8.742/1993 e suas alterações)	173
4. Desafios e perspectivas da Administração Pública Contemporânea	184
5. Lei nº 1.760, de 27 de junho de 2011 - Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Município de Vitória da Conquista, e dá outras providências	189
6. LGPD	193
7. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências	207
8. Declaração Universal dos Direitos Humanos	216
9. Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF)	219
10. Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social	228
11. Noções Básicas sobre Relações Humanas.....	233
12. Concepção de Protagonismo Juvenil	238
13. Conhecimento sobre desenvolvimento humano: Compreender as diferentes fases do desenvolvimento humano e as necessidades específicas de cada faixa etária.....	238
14. Noções de psicologia e comportamento humano	243
15. Noções sobre projetos de intervenção social	248

Conhecimentos Específicos Professor Fundamental I Nível II

1. História das ideias pedagógicas da educação no Brasil	251
2. A construção histórica da escola pública brasileira.....	255
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 e suas atualizações: princípios, fins e organização da Educação Nacional.....	258
4. Relação escola-família.....	278
5. Sociologia da educação: a relação entre escola, Estado e sociedade	281
6. Psicologia da educação - teorias do desenvolvimento e da aprendizagem: concepções de Piaget, Vygotsky e Ausubel....	284
7. O papel da afetividade no processo de ensino-aprendizagem	291
8. Concepções pedagógicas da educação brasileira	295
9. O papel da Didática no processo de ensino e de aprendizagem.....	299
10. Organização do trabalho pedagógico do professor e do pedagogo.....	302
11. Planejamento Escolar: a relação entre Projeto Político-Pedagógico, Plano de Ensino e Plano de aula.....	305
12. Avaliação escolar e da aprendizagem: como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.....	308
13. Avaliações em larga escala e o impacto nas práticas escolares	310
14. Políticas educacionais: programas, projetos e planejamento para o desenvolvimento da educação pública brasileira	313
15. A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil.....	317
16. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) como recurso didático para o processo de ensino-aprendizagem	320
17. A concepção curricular e de formação do sujeito-cidadão.....	324
18. Gestão democrática participativa e a cultura organizacional no âmbito escolar.....	328
19. A pesquisa como parte integrante do trabalho educativo.....	331

ÍNDICE

1. A importância do trabalho interdisciplinar entre pedagogo, psicólogo e assistente social	334
2. A relação entre a escola e os órgãos colegiados de proteção à criança e ao adolescente	338
3. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8.069/1990 e suas atualizações.....	341
4. Lei nº 1.760, de 27 de junho de 2011 – Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Município de Vitória da Conquista	380
5. Lei n.º 13.146/2015 Inclusão da Pessoa com Deficiência	381
6. Plano Nacional de Educação – Lei n.º 13.005/2014 e o documento que subsidia as Metas: 2, 4, 5, 6, 7, 18 e 19. 26	399
7. Principais teóricos e as bases filosóficas e sociológicas para educação brasileira: Dermeval Saviani, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Florestan Fernandes e Miguel Arroyo.....	414

Material Digital Noções de Informática

1. Conceitos e fundamentos básicos	3
2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus)	4
3. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU). Periféricos de computadores.....	5
4. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 7 e Windows 10	8
5. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) - versões 2010, 2013 e 2016	35
6. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versões 5 e 6.....	101
7. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web. Navegadores de internet: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome.....	114
8. Conceitos básicos de segurança na Internet e vírus de computadores	119

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Município de Vitória da Conquista - BA; Acontecimentos históricos e evolução do município de Vitória da Conquista - BA, sua subdivisão e/ou fronteiras.....	131
---	-----

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► **Linguagem Mista (ou Híbrida)**

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► **Definição de Intertextualidade**

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre

textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► **Tipos de Intertextualidade**

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

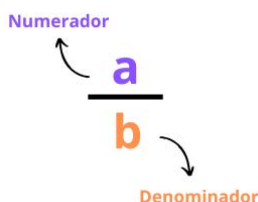
RACIOCÍNIO LÓGICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO FRAÇÕES

NÚMEROS FRACIONÁRIOS

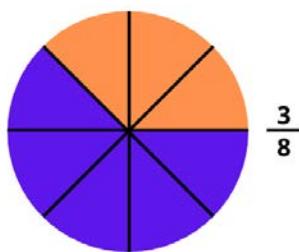
Os números fracionários são uma forma de representar quantidades que estão divididas em partes iguais. Eles permitem descrever valores que não podem ser expressos como números inteiros, como a metade de um objeto. Por meio das frações, é possível medir, dividir, comparar e operar com quantidades que representam porções de um todo.

Uma fração é expressa como dois números separados por uma barra:



- O **numerador** indica quantas partes estão sendo consideradas.
- O **denominador** indica em quantas partes o todo foi dividido.

Ex.: Uma pizza dividida em 8 partes, se comemos 3, representamos isso pela fração $3/8$



► Nomenclatura das Frações

A nomenclatura das frações varia de acordo com o denominador, definindo como elas são lidas e interpretadas.

- **Denominadores de 2 a 10:** São chamados, respectivamente, de meios, terços, quartos, quintos, sextos, sétimos, oitavos, nonos e décimos. Exemplo: $3/8$ lê-se “três oitavos”.
- **Denominadores que são potências de 10:** Esses recebem nomes específicos, como décimos, centésimos, milésimos, etc. Exemplo: $2/100$ lê-se “dois centésimos”.
- **Denominadores diferentes dos citados:** Para outros denominadores, usamos a palavra “avos”. Exemplo: $25/49$ lê-se “vinte e cinco quarenta e nove avos”.

► Tipos de Frações

Frações podem ser classificadas conforme sua relação entre numerador e denominador:

- **Frações Próprias:** O numerador é menor que o denominador. Exemplo: $3/8$. Representa uma quantidade menor que 1.

▪ **Frações Impróprias:** O numerador é maior ou igual ao denominador. Exemplo: $9/7$. Representa uma quantidade maior ou igual a 1.

▪ **Frações Aparentes:** O numerador é múltiplo do denominador, representando um número inteiro. Exemplo: $8/4 = 2$.

▪ **Frações Equivalentes:** Frações equivalentes representam a mesma quantidade, mesmo que numerador e denominador sejam diferentes. Para encontrar frações equivalentes, basta multiplicar ou dividir ambos os termos pelo mesmo número diferente de zero.

Exemplo:

$$\frac{1}{2} = \frac{2}{4} = \frac{3}{6} = \frac{4}{8}$$

Podemos observar que, apesar de numeradores e denominadores serem diferentes em cada caso, todas as frações representam exatamente a mesma porção do todo: metade.

Abaixo, a figura ilustra essa equivalência visualmente,



▪ **Números Mistos:** Um número misto combina uma parte inteira com uma parte fracionária. Ele é especialmente útil para representar frações impróprias de forma mais clara e intuitiva. Exemplo: a fração imprópria $11/4$ pode ser escrita como o número misto $2\frac{3}{4}$. Isso significa que há 2 unidades inteiras e uma fração restante equivalente a $3/4$.

► **Propriedade Fundamental da Fração**

A propriedade fundamental da fração afirma que, ao multiplicar ou dividir o numerador e o denominador de uma fração por um mesmo número diferente de zero, o valor da fração permanece inalterado.

Exemplo:

$$\frac{2}{3} = \frac{2 \times 2}{3 \times 2} = \frac{4}{6}$$

O mesmo princípio se aplica à simplificação:

$$\frac{8}{12} = \frac{8 \div 4}{12 \div 4} = \frac{2}{3}$$

► **Simplificação de Frações**

A simplificação de uma fração é o processo de reduzir seus termos (numerador e denominador) até a forma mais simples possível, sem alterar seu valor. Para isso, basta identificar números que sejam divisores comuns de ambos os termos e realizar as divisões sucessivamente. Esse processo é repetido até que nenhum número, além de 1, possa dividir tanto o numerador quanto o denominador.

Exemplo: Simplifique a fração $\frac{36}{48}$.

Primeiro dividimos o numerador e o denominador por 2:

$$\frac{36 \div 2}{48 \div 2} = \frac{18}{24}$$

Dividimos novamente por 2:

$$\frac{18 \div 2}{24 \div 2} = \frac{9}{12}$$

Por fim, dividimos por 3:

$$\frac{9 \div 3}{12 \div 3} = \frac{3}{4}$$

Portanto, a fração $36/48$ simplificada é $3/4$.

► **Comparação de Frações**

Ao comparar frações, é necessário verificar qual é maior ou menor. Há dois métodos principais:

▪ **Frações com mesmo denominador:** Compare os numeradores. A fração com maior numerador é maior. Exemplo: $3/8$ é menor que $5/8$ porque $3 < 5$.

▪ **Frações com denominadores diferentes:** Multiplique cruzadamente os numeradores pelos denominadores. Compare os resultados. O maior produto indica a fração maior.

Exemplo: Comparar $3/4$ e $5/6$.

Primeiro a multiplicação cruzada $3 \times 6 = 18$ e $5 \times 4 = 20$. Como $20 > 18$, $5/6$ é maior que $3/4$.

► **Transformação de Fração em Número Decimal**

Para transformar uma fração em número decimal, basta dividir o numerador pelo denominador. Esse processo converte a fração para a forma decimal, facilitando comparações e cálculos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

A Administração Pública diante das transformações sociais

A Administração Pública Contemporânea enfrenta um cenário marcado por mudanças sociais, econômicas, tecnológicas, culturais e políticas que transformam profundamente a relação entre Estado e sociedade. Em um contexto de demandas cada vez mais complexas, a gestão pública não pode ser compreendida apenas como um conjunto de procedimentos burocráticos voltados à execução de normas. Ela precisa ser vista como uma prática social, política e administrativa orientada à garantia de direitos, à promoção da cidadania e à construção de respostas efetivas para os problemas coletivos.

Nas zonas urbanas e rurais, os desafios da Administração Pública assumem formas distintas, embora estejam relacionados a um mesmo princípio: a necessidade de assegurar condições dignas de vida para toda a população. Nas cidades, a concentração populacional, a desigualdade social, a precariedade de serviços em determinados territórios, a mobilidade urbana, a violência, o acesso à educação, à saúde e à assistência social exigem planejamento e capacidade de articulação. Já nas áreas rurais, os desafios envolvem distâncias territoriais, dificuldade de acesso a equipamentos públicos, carência de transporte, conectividade limitada, permanência dos sujeitos no campo, valorização da cultura local e garantia de políticas públicas adequadas às especificidades dessas comunidades.

Nesse cenário, a Administração Pública precisa superar práticas tradicionais baseadas apenas na centralização de decisões, no excesso de formalismo e na distância entre governo e população. A contemporaneidade exige uma gestão mais participativa, transparente, eficiente, democrática e sensível às realidades locais. Isso significa que administrar o público não é somente aplicar recursos ou cumprir normas, mas compreender necessidades humanas concretas, organizar prioridades, dialogar com a sociedade e avaliar continuamente os resultados das ações desenvolvidas.

A presença do pedagogo nesse debate é relevante, pois a Administração Pública também se expressa nos espaços educativos, nas políticas sociais e nos processos de formação cidadã. O pedagogo que atua em zonas urbanas ou rurais precisa compreender que a escola, os projetos sociais, os conselhos, os programas públicos e as ações comunitárias fazem parte de uma rede maior de proteção, desenvolvimento e participação social. Sua atuação pode contribuir para aproximar a gestão pública das necessidades da comunidade, fortalecendo práticas de escuta, inclusão, planejamento pedagógico e construção coletiva de soluções.

Portanto, discutir os desafios e perspectivas da Administração Pública Contemporânea significa refletir sobre o papel do Estado em uma sociedade desigual, plural e em constante transformação. Significa também reconhecer que a qualidade da gestão pública depende não apenas de leis, estruturas e recursos, mas de pessoas, valores, compromisso ético e capacidade de atuação integrada. Uma Administração Pública voltada ao bem comum deve ser capaz de reconhecer diferenças, reduzir desigualdades, promover acesso a direitos e construir políticas que respeitem tanto as especificidades urbanas quanto as rurais.

► O papel da Administração Pública na garantia de direitos

A Administração Pública tem como uma de suas principais finalidades organizar os meios necessários para que os direitos sociais sejam concretizados na vida da população. Direitos como educação, saúde, assistência social, moradia, transporte, cultura, segurança e acesso à informação não se realizam apenas por estarem previstos em normas. Eles dependem de políticas públicas planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas de forma responsável. Nesse sentido, a Administração Pública é o instrumento por meio do qual o Estado transforma princípios legais em ações concretas.

Em uma sociedade marcada por desigualdades históricas, a função social do Estado torna-se ainda mais importante. A gestão pública precisa considerar que nem todos os grupos sociais partem das mesmas condições. Crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações do campo, comunidades tradicionais, famílias em situação de vulnerabilidade e moradores de regiões periféricas enfrentam barreiras específicas para acessar serviços e oportunidades. Por isso, administrar o público exige olhar atento para as desigualdades e compromisso com a equidade.

A equidade não significa tratar todos exatamente da mesma forma, mas oferecer condições diferenciadas quando necessário para que todos tenham acesso real aos direitos. No campo educacional, por exemplo, uma escola localizada em área rural pode demandar transporte escolar adequado, calendário sensível às características locais, valorização da cultura camponesa, acesso à tecnologia e formação específica para os profissionais. Já uma escola em área urbana pode enfrentar desafios relacionados à superlotação, violência no entorno, evasão escolar, vulnerabilidade social e falta de integração entre escola, família e comunidade.

O atendimento às necessidades da população urbana e rural exige planejamento público baseado no conhecimento da realidade. A gestão não pode se limitar a decisões tomadas de forma distante dos territórios. É necessário ouvir a comunidade, conhecer indicadores sociais, mapear demandas, identificar prioridades e construir ações compatíveis com cada contexto. Uma política pública que ignora as características locais tende a ser pouco efetiva, pois não dialoga com a vida concreta das pessoas.

A Administração Pública democrática também deve garantir participação social. A população não deve ser vista apenas como usuária passiva dos serviços públicos, mas como sujeito de direitos e participante das decisões coletivas. Conselhos, fóruns, conferências, audiências públicas, reuniões comunitárias e espaços escolares de participação são mecanismos importantes para aproximar governo e sociedade. Esses espaços permitem que as necessidades sejam apresentadas, que as decisões sejam discutidas e que a população acompanhe a execução das políticas.

Nesse processo, o pedagogo pode assumir papel relevante, especialmente quando atua em instituições educacionais, projetos sociais ou órgãos públicos voltados à formação humana. Sua contribuição está na capacidade de organizar processos educativos, mediar diálogos, interpretar demandas sociais e promover práticas participativas. A educação, nesse sentido, não se restringe à sala de aula. Ela também acontece quando a comunidade aprende a reivindicar direitos, acompanhar políticas públicas e participar das decisões que afetam sua vida.

Assim, o papel da Administração Pública na garantia de direitos está diretamente relacionado à construção de uma sociedade mais justa. Uma gestão pública comprometida com o bem comum precisa articular eficiência administrativa, sensibilidade social e responsabilidade ética. Não basta executar ações de forma mecânica. É preciso perguntar se essas ações chegam a quem mais precisa, se produzem resultados concretos, se respeitam a diversidade dos territórios e se fortalecem a cidadania.

► Principais desafios da Administração Pública Contemporânea

A Administração Pública Contemporânea enfrenta desafios que exigem capacidade de adaptação, planejamento e compromisso com a transformação social. Um dos problemas mais conhecidos é a burocracia excessiva. Embora regras, registros e procedimentos sejam necessários para garantir legalidade, controle e transparência, o excesso de formalismo pode tornar os serviços lentos, distantes e pouco acessíveis à população. Quando o cidadão precisa enfrentar longas filas, preencher muitos documentos, repetir informações e aguardar respostas demoradas, a Administração Pública deixa de cumprir adequadamente sua função social.

Outro desafio importante é a desigualdade. O Brasil apresenta diferenças profundas entre regiões, municípios, bairros e comunidades. Essas desigualdades aparecem no acesso à escola, à saúde, ao saneamento, ao transporte, à internet, à cultura e a outros serviços essenciais. A gestão pública contemporânea precisa reconhecer que as políticas públicas não produzem os mesmos efeitos em todos os lugares. Uma ação pensada para uma região central urbana pode não atender às necessidades de uma comunidade rural distante. Da mesma forma, uma política geral pode não alcançar grupos que vivem em situação de maior vulnerabilidade.

As limitações orçamentárias também representam um obstáculo significativo. Os recursos públicos são finitos, enquanto as demandas sociais são amplas e crescentes. Por isso, a gestão pública precisa planejar com responsabilidade, definir prioridades, evitar desperdícios e buscar integração entre diferentes áreas. Educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, habitação e meio ambiente não devem atuar de forma isolada. Muitas vezes, os problemas vividos pela população são interligados e exigem

respostas conjuntas. Uma criança com dificuldades escolares, por exemplo, pode estar enfrentando insegurança alimentar, problemas familiares, falta de transporte ou ausência de acompanhamento de saúde.

A transparência é outro ponto central. A população tem o direito de saber como os recursos são utilizados, quais decisões são tomadas e quais resultados são alcançados. A falta de transparência enfraquece a confiança nas instituições e abre espaço para práticas inadequadas. Por isso, a Administração Pública precisa investir em mecanismos de prestação de contas, divulgação clara de informações e fortalecimento do controle social. Transparência não é apenas publicar dados de forma técnica, mas torná-los compreensíveis e acessíveis ao cidadão.

A ética no serviço público também é um desafio permanente. O agente público deve atuar com responsabilidade, impessoalidade, honestidade e compromisso com o interesse coletivo. Quando interesses particulares se sobrepõem ao bem comum, a Administração Pública perde legitimidade. A corrupção, o clientelismo, o favorecimento pessoal e o uso inadequado dos recursos públicos prejudicam especialmente os grupos mais vulneráveis, que dependem dos serviços públicos para acessar direitos básicos.

Além desses desafios, a gestão pública precisa lidar com as mudanças tecnológicas. A digitalização de serviços pode facilitar o acesso, reduzir filas e ampliar a eficiência. No entanto, também pode excluir pessoas que não têm acesso à internet, equipamentos adequados ou conhecimento para utilizar plataformas digitais. Esse problema é especialmente relevante em áreas rurais e em regiões urbanas periféricas. Portanto, modernizar a Administração Pública exige combinar inovação com inclusão.

Diante desses desafios, a perspectiva contemporânea de gestão pública deve buscar equilíbrio entre eficiência e humanidade. A Administração Pública precisa ser técnica, planejada e responsável, mas também precisa ser acolhedora, acessível e sensível às diferenças sociais. O objetivo final não deve ser apenas cumprir metas administrativas, mas melhorar a vida das pessoas. Para isso, é necessário fortalecer a formação dos servidores, ampliar a participação social, usar dados de forma inteligente e construir políticas públicas conectadas às realidades dos territórios.

► Administração Pública, participação social e controle democrático

A participação social é um dos elementos fundamentais da Administração Pública Contemporânea. Em uma sociedade democrática, as decisões públicas não devem ser tomadas apenas por gestores e técnicos, sem diálogo com a população. A comunidade precisa ter oportunidade de expressar suas necessidades, apresentar propostas, acompanhar ações e fiscalizar o uso dos recursos públicos. Isso fortalece a legitimidade das políticas e contribui para que elas sejam mais coerentes com a realidade.

Os conselhos de políticas públicas são exemplos importantes de participação social. Conselhos de educação, saúde, assistência social, alimentação escolar, direitos da criança e do adolescente, entre outros, permitem que representantes do poder público e da sociedade civil discutam prioridades, acompanhem programas e exerçam controle sobre determinadas ações. Quando funcionam de maneira efetiva, esses espaços ajudam a aproximar a Administração Pública da população e impedem que as decisões fiquem concentradas em poucos grupos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

HISTÓRIA DAS IDEIAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E IDEIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL

A história das ideias pedagógicas da educação no Brasil deve ser compreendida como parte da própria formação social, política e cultural do país. A escola nunca foi uma instituição neutra, separada da realidade histórica. Pelo contrário, em cada período, a educação brasileira expressou determinados interesses, valores e projetos de sociedade. Em alguns momentos, a escola foi pensada como instrumento de catequese e domínio cultural; em outros, como mecanismo de formação das elites dirigentes; depois, como meio de construção da cidadania republicana, de preparação para o trabalho, de democratização social ou de emancipação crítica dos sujeitos.

Quando falamos em “ideias pedagógicas”, estamos nos referindo às concepções sobre o que é educar, qual deve ser o papel do professor, como o aluno aprende, quais conteúdos devem ser ensinados, que tipo de ser humano se pretende formar e qual é a função social da escola. Assim, estudar a história das ideias pedagógicas não significa apenas decorar nomes de autores ou métodos de ensino. Significa compreender que toda proposta educacional carrega uma visão de mundo. Uma pedagogia pode valorizar a disciplina, a transmissão de conteúdos e a autoridade docente; outra pode defender a experiência do aluno, o diálogo, a participação social e a construção coletiva do conhecimento. Cada uma dessas concepções nasce em determinado contexto histórico e responde a problemas concretos de seu tempo.

No Brasil, a educação foi profundamente marcada por desigualdades. Durante séculos, o acesso ao ensino formal foi restrito a pequenos grupos sociais, especialmente às elites econômicas e políticas. A população indígena, os africanos escravizados, os pobres, as mulheres e os trabalhadores foram, em grande parte, excluídos dos processos escolares formais. Mesmo quando surgiram discursos em defesa da instrução pública, a universalização do ensino demorou a se tornar realidade. Por isso, a história da educação brasileira também é a história de uma longa disputa entre exclusão e democratização.

Portanto, a história das ideias pedagógicas no Brasil não pode ser vista como uma simples sucessão de modelos escolares. Ela envolve permanências, rupturas, conflitos e contradições. Certas características da educação colonial, como a seletividade e a formação voltada para grupos privilegiados, deixaram marcas

profundas. Ao mesmo tempo, movimentos de renovação pedagógica e lutas pela escola pública, gratuita, laica, obrigatória e democrática buscaram romper com esse passado excludente. O estudo desse percurso permite compreender melhor os desafios atuais da educação brasileira e fornece ao candidato uma base sólida para interpretar questões teóricas, históricas e pedagógicas.

PERÍODO COLONIAL: PEDAGOGIA JESUÍTICA, CATEQUESE E FORMAÇÃO RELIGIOSA

A educação formal no Brasil tem início, de maneira sistemática, com a chegada dos jesuítas em 1549, no contexto da colonização portuguesa. A Companhia de Jesus assumiu papel central na organização do ensino colonial, atuando principalmente na catequese dos povos indígenas e na formação religiosa e intelectual dos filhos dos colonizadores. O objetivo da educação jesuítica não era democratizar o conhecimento, mas consolidar a presença portuguesa, difundir a fé católica e formar uma elite colonial alinhada aos valores da Igreja e da Coroa.

A pedagogia jesuítica possuía forte caráter religioso, moral e disciplinador. O ensino era baseado na memorização, na repetição, na obediência, na autoridade do mestre e no estudo dos clássicos. O professor ocupava posição central, sendo responsável por transmitir o conhecimento considerado verdadeiro. O aluno, por sua vez, deveria assimilar os conteúdos, obedecer às regras e demonstrar disciplina intelectual e moral. Essa concepção corresponde ao que mais tarde seria identificado como uma pedagogia tradicional, marcada pela centralidade do professor e pela valorização da transmissão do saber acumulado.

Um elemento importante da educação jesuítica foi o *Ratio Studiorum*, documento que organizava o método pedagógico da Companhia de Jesus. Ele estabelecia regras para o funcionamento das escolas, os conteúdos a serem ensinados, a rotina dos estudos, os procedimentos de avaliação e a conduta dos professores e alunos. O currículo era fortemente humanista, com destaque para gramática, retórica, filosofia, latim e doutrina cristã. Essa formação era destinada principalmente aos grupos sociais dominantes, preparando-os para funções administrativas, religiosas ou intelectuais.

No caso dos indígenas, a educação tinha caráter catequizador e civilizatório, segundo a lógica colonial. Os jesuítas buscavam converter os povos originários ao cristianismo e modificar seus costumes, línguas, crenças e modos de vida. Embora algumas ações jesuíticas tenham protegido grupos indígenas contra formas mais brutais de exploração, é preciso compreender que a catequese também funcionou como instrumento de dominação

cultural. A educação era usada para integrar os indígenas ao projeto colonial português, apagando ou subordinando suas formas próprias de conhecimento e organização social.

A expulsão dos jesuítas em 1759, determinada pelo Marquês de Pombal, representou uma ruptura importante. As chamadas reformas pombalinas procuraram reduzir o poder da Igreja e ampliar o controle do Estado português sobre a educação. Com isso, foram criadas as chamadas aulas régias, mantidas pelo poder público. No entanto, essa mudança não significou a construção de um sistema educacional amplo e eficiente. Pelo contrário, a saída dos jesuítas desorganizou boa parte da estrutura escolar existente, e o Estado português não conseguiu substituí-la de modo consistente.

Do ponto de vista das ideias pedagógicas, o período colonial deixou marcas duradouras. A educação foi concebida como privilégio, não como direito universal. O ensino era seletivo, religioso, livreiro e distante da realidade da maioria da população. A escola atendia aos interesses da colonização e da formação das elites, enquanto grande parte da sociedade permanecia excluída do acesso ao saber formal. Essa herança ajuda a explicar por que a democratização da educação no Brasil foi lenta, desigual e atravessada por muitos conflitos.

IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA: LIBERALISMO, POSITIVISMO E ESCOLA PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Com a Independência do Brasil, em 1822, surgiram novos discursos sobre a necessidade de organizar a instrução pública. A Constituição de 1824, primeira Constituição brasileira, afirmou a garantia da instrução primária gratuita aos cidadãos. O texto constitucional previa, em seu art. 179, XXXII, que haveria “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”. Apesar dessa previsão, a realidade educacional do Império permaneceu profundamente limitada. A existência da norma não significou a universalização efetiva do ensino, pois faltavam escolas, professores, recursos, organização administrativa e vontade política suficiente para atender toda a população.

Durante o período imperial, a educação continuou elitista e excludente. O ensino secundário e superior era voltado à formação dos grupos dirigentes, especialmente nas áreas jurídicas, médicas e administrativas. Já a instrução primária, embora defendida em discursos oficiais, alcançava pequena parcela da população. A sociedade escravocrata limitava profundamente qualquer projeto de educação universal. Como pensar em cidadania ampla em um país que mantinha milhões de pessoas escravizadas? Essa contradição é central para entender o Império: havia ideias liberais circulando, mas a estrutura social brasileira era marcada pela escravidão, pelo patriarcalismo, pelo latifúndio e pela concentração de poder.

No campo pedagógico, o Império manteve forte presença da pedagogia tradicional. A escola era organizada com base na autoridade do professor, na disciplina, na repetição, na memorização e na transmissão de conteúdos. A preocupação principal não era desenvolver autonomia intelectual ou pensamento crítico, mas ensinar leitura, escrita, cálculo, moral e religião. Em muitas situações, a educação era vista como forma de moralizar a população pobre e preparar os indivíduos para uma convivência social ordeira.

Com a Proclamação da República, em 1889, novas ideias ganharam força. O republicanismo defendia a necessidade de formar o cidadão para a nova ordem política. A escola passou a ser vista como instrumento de civilização, progresso, integração nacional e construção da identidade republicana. Nesse contexto, o positivismo exerceu influência significativa. Inspirado na valorização da ciência, da ordem e do progresso, o pensamento positivista acreditava que a sociedade deveria ser organizada racionalmente, e a educação teria papel importante na formação de indivíduos disciplinados, úteis e comprometidos com o desenvolvimento nacional.

A Primeira República, porém, também foi marcada por grandes contradições. Embora o discurso republicano valorizasse a educação pública, o acesso à escola continuou restrito. O federalismo transferiu grande parte da responsabilidade educacional aos estados, o que produziu diferenças regionais profundas. Estados mais ricos, como São Paulo, avançaram mais na organização dos grupos escolares e na formação de professores, enquanto outras regiões permaneceram com oferta escolar precária. A escola republicana buscava formar cidadãos, mas a cidadania era limitada, já que analfabetos, mulheres e grande parte da população pobre estavam excluídos da participação política efetiva.

Um aspecto importante desse período foi o surgimento dos grupos escolares, especialmente a partir do final do século XIX e início do século XX. Eles representaram uma nova forma de organização da escola primária, com classes seriadas, divisão por idade e nível de aprendizagem, espaços escolares mais planejados, direção administrativa e métodos considerados modernos para a época. Essa organização contribuiu para consolidar uma cultura escolar mais sistematizada.

Do ponto de vista das ideias pedagógicas, o Império e a Primeira República revelam a passagem de uma educação fortemente religiosa e colonial para uma educação mais associada ao Estado, à cidadania e ao progresso nacional. No entanto, essa passagem foi limitada e desigual. A escola continuou servindo, em grande medida, à formação das elites e à organização moral da sociedade. Para concursos, o candidato deve lembrar que o liberalismo educacional brasileiro foi contraditório: defendia a instrução e a liberdade, mas convivia com exclusão social, escravidão, desigualdade e baixa escolarização da população.

ESCOLA NOVA: RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA E DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

No século XX, especialmente a partir das décadas de 1920 e 1930, a educação brasileira passou a receber forte influência do movimento da Escola Nova. Esse movimento surgiu como crítica à escola tradicional, considerada autoritária, verbalista, livresca, rígida e distante da vida dos alunos. A Escola Nova defendia uma renovação profunda das práticas pedagógicas, propondo uma escola mais ativa, democrática, científica e centrada na criança.

A pedagogia escolanovista partia da ideia de que o aluno não deveria ser visto como um receptor passivo de informações, mas como sujeito ativo do processo de aprendizagem. O ensino deveria considerar os interesses, as necessidades, as experiências e o desenvolvimento psicológico da criança. Em vez de apenas memorizar conteúdos, o estudante deveria aprender por meio da observação, da experimentação, da resolução de problemas e da participação em atividades significativas. O professor deixaria



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!